

APOIO PEDAGÓGICO COMO FORMA DE ASSISTÊNCIA À PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.

Línea Temática: Políticas Nacionais e Institucionais.

Irma Antonieta Gramkow Bueno
Letícia Prezzi Fernandes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
irma.bueno@ufrgs.br
leticia.fernandes@ufrgs.br

Resumo. O presente trabalho tem como intuito apresentar as ações da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, de apoio pedagógico aos discentes de seus mais de 90 cursos regulares de graduação como uma das formas de garantir a permanência destes alunos na Universidade realizadas através do Programa de Apoio à Graduação (PAG), gerenciado pela Pró-reitoria de Graduação, além das demais ações executadas dentro do previsto no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Para tanto, será feito um breve histórico do PNAES e como este foi implementado na UFRGS. E, então, passa-se a apresentar o Programa de Apoio à Graduação da UFRGS, suas etapas, objetivos, o envolvimento dos diversos setores da Universidade neste programa e resultados obtidos até o presente momento.

Palavras Chave: Educação Superior, Assistência Estudantil, Permanência, Apoio Didático-Pedagógico.

1. Introdução

Com a ampliação de vagas e a inserção em maior número de estudantes oriundos das camadas sociais menos abastadas no Ensino Superior brasileiro durante a primeira década do século XXI, a necessidade de se garantir meios para que estes alunos tivessem condições de permanecer na Universidade e concluir seus cursos tornou-se ainda mais evidente. A política de assistência estudantil, antes realizada de modo isolado e eventual passou a ser fundamental para diminuir o número de alunos retidos ou evadidos dos cursos superiores brasileiros. Para o caso das Universidades Públicas Federais, o Governo brasileiro buscou uma forma de minimizar este problema através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que garante o aporte financeiro para que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) desenvolvam ações que visem assegurar a permanência destes estudantes na Universidade. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é a responsável por executar as ações diretamente ligadas a este programa federal, gerenciando os restaurantes universitários, as bolsas PRAE, o programa de saúde, auxílios transporte, creche, material de ensino e a moradia estudantil.

Outro ponto essencial para assegurar não só a permanência, mas a conclusão dos cursos de graduação pelos estudantes, é o apoio pedagógico que deve ser ofertado a estes alunos. A Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFRGS é responsável pelo Programa de Apoio à Graduação (PAG), o qual tem como alguns de seus objetivos fortalecer o ensino de graduação, diminuir a retenção e a evasão através do aumento do sucesso acadêmico dos estudantes e promover a formação discente através de ações que possibilitem a ampliação e a reconstrução de saberes, por meio de atividades e recursos diversificados.

Este trabalho tem como objetivo apresentar o Programa de Apoio à Graduação (PAG) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no contexto do PNAES indicando qual seus objetivos, sua origem, quais alterações transcorreram desde seu início, quais são os setores da UFRGS envolvidos com este Programa e quais os resultados obtidos até então. Para tanto, será feito um histórico do PNAES e como este foi implementado na UFRGS para, então, falar sobre o PAG.

1.1 Programa Nacional de Assistência Estudantil

Ao falarmos sobre o Ensino Superior no Brasil, é importante mencionar que este, ao contrário de outros países da América Latina, só veio a ter seus primeiros cursos Superiores séculos após a chegada dos europeus, com a vinda da família real portuguesa, em 1808, e com um modelo de “formação para profissões liberais tradicionais, como direito e medicina, ou para as engenharias” (SAMPAIO, 1991), e que somente a partir da década de 1930 é que houve um incentivo do governo brasileiro para a criação de Universidades (COSTA, 2009). Do mesmo modo, é relevante apontar que o acesso a estas sempre foi reservado às elites sociais e econômicas do país, sendo raros os casos de jovens de famílias menos abastadas que tivessem a oportunidade de fazer um curso superior. Até por isso, o ingresso no Ensino Superior sempre foi e continua sendo visto como uma forma de status e também de ascensão social e econômica.

Com o advento do século XX, houveram algumas “mudanças substanciais na educação superior do país: as décadas iniciais contribuíram com o reconhecimento e institucionalização das primeiras universidades, a década de 1960 com a expansão e modernização das universidades públicas e, nas últimas décadas a ênfase recaiu na expansão e forte aceleração do setor privado” (KRAINSKI, 2014). Com o aumento do número de alunos no Ensino Superior, principalmente durante a primeira década dos anos 2000¹, seja público ou privado, principalmente de grupos que antes não chegavam a esse nível do Ensino com maior frequência, o debate sobre como garantir a permanência destes estudantes na Universidade aumentou.

Com esta preocupação, em 2008, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), publica o Plano Nacional de Assistência Estudantil, tendo por base um estudo realizado em 2004 pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), sobre o perfil socioeconômico dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras. Conforme o documento publicado pela Andifes, foi identificada como uma das causas da evasão e retenção dos estudantes das IFES dificuldades econômicas para que estes pudessem seguir com seus cursos e concluí-los (ANDIFES, 2007).

Segundo o documento apresentado, algumas áreas eram consideradas estratégicas para diminuir o número de retenção e evasão e, conseqüentemente, aumentar o número de concluintes no Ensino Superior, são elas: Permanência (moradia, alimentação, saúde física e mental, transporte, creche e condições básicas para atender aos alunos com deficiência), Desempenho Acadêmico (bolsas,

¹ Durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) foram implementados diversos programas federais que geraram um aumento do número de vagas no Ensino Superior, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

estágios remunerados, ensino de línguas, inclusão digital, fomento à participação político-acadêmica e acompanhamento psico-pedagógico), Cultura, Lazer e Esporte (Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais e acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer) e, por fim, Assuntos da Juventude (orientação profissional sobre mercado de trabalho, prevenção a fatores de risco, meio ambiente, política, ética e cidadania, e saúde, sexualidade e dependência química).

Para que fosse possível o cumprimento deste Plano, a Andifes reclamava a criação de um Fundo para Assistência Estudantil, que deveria garantir os recursos a serem utilizados para a concretização de ações dentro de cada uma das áreas estratégicas elencadas. E, principalmente, que tais recursos deveriam ser adicionais aos já encaminhados pelo Governo Federal às IFES, pois até aquele momento, “as ações de assistência estudantil eram feitas com recursos de manutenção da Universidade, em detrimento, por vezes, do custeio de atividades de ensino, pesquisa e extensão” (FERNANDES, BASÍLIO & KREHER, 2015).

Como resposta a este documento, o Governo Federal publicou a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 a qual instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, tendo sido este ratificado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. O primeiro artigo deste decreto esclarece que a finalidade deste Programa é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal brasileira. O artigo segundo apresenta os objetivos do PNAES como sendo (I) o de democratizar as condições de permanência dos estudantes das IFES, (II) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, (III) reduzir as taxas de retenção e evasão e (IV) contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O parágrafo primeiro do artigo terceiro deste decreto elenca quais áreas deverão ser alvo de ações financiadas pelo PNAES, sendo estas muito similares àquelas enumeradas pelo documento da Andifes. O parágrafo único do artigo quarto determina que “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidade, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras”. Já o parágrafo quinto estabelece que deverão ser atendidos prioritariamente no âmbito do PNAES os alunos oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio e, ainda, que as IFES deverão fixar requisitos para a que os estudantes acessem este programa.

1.2 O Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Na UFRGS, a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é responsável por implementar as ações ligadas ao PNAES.

Segundo a descrição no sítio eletrônico desta Pró-reitoria², ela tem como objetivo desenvolver programas e projetos para integrar “a comunidade estudantil à vida universitária, contribuindo, através de suas ações, para maior bem-estar dos estudantes e pela melhoria do desempenho acadêmico, com especial atenção aos discentes de graduação em vulnerabilidade social”, isso para buscar garantir não só a permanência destes alunos, mas também diminuir a retenção destes.

Para tanto, a PRAE é responsável pela concessão e fiscalização dos benefícios disponíveis aos estudantes que se enquadrem nos critérios estabelecidos pelo Decreto 7.234/2010, além dos adotados pela própria UFRGS. Dentre eles, estão a moradia estudantil, auxílio alimentação e transporte. Os restaurantes universitários e as casas de estudantes da UFRGS também estão sob a gerência da PRAE. A esta Pró-reitoria também cabem o apoio à projetos dos estudantes de graduação voltados à promoção da inclusão, respeito à diversidade, democratização das condições

² <http://www.ufrgs.br/prae/secretaria>

de acesso e permanência no Ensino Superior de alunos em situação de vulnerabilidade social e, ainda, apoio à realização de atividades esportivas.

2. O Programa de Apoio à Graduação

O Programa de Apoio à Graduação da UFRGS foi criado em 2010 como um programa acadêmico pela Pró-reitoria de Graduação, e teve como objetivo qualificar a graduação da Universidade. Inicialmente, a PROGRAD “buscou fomentar a formação de grupos de pesquisa sobre a temática, oportunizar reflexões sobre o perfil do estudante, projetos pedagógicos e ação docente, incentivar e apoiar o envolvimento das Comissões de Graduação com a temática [...]” (STRACK & MANAUT, 2017). Desde o seu início, este programa já teve 4 (quatro) fases:

O PAG 1, executado entre maio de 2010 e julho de 2011, apoiou a realização de estudos que diagnosticassem os motivos para a retenção e evasão dos estudantes da graduação na UFRGS e apresentassem propostas de ações que auxiliassem na superação dos problemas encontrados com esse levantamento. Nessa fase, foram contemplados nove projetos de cursos das áreas da saúde, ciências sociais aplicadas e das engenharias.

O PAG 2, realizado entre 2010 e 2012, resumiu-se a atividades de reforço acadêmico em cálculo, física, química, português, inglês e produção de textos acadêmicos e científicos. As atividades desenvolveram-se aos sábados, pela manhã e à tarde, e tinha como objetivo proporcionar novas formas de aprendizagem, além das desenvolvidas em sala de aula. Este trabalho era desenvolvido por equipes que envolviam alunos de graduação, mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos, sob a coordenação de um professor da respectiva área. Devido à baixa adesão dos alunos a esta ação (uma média de 4% dos calouros dos cursos para os quais as ações de reforço em Cálculo, Física e Química eram destinadas o fizeram. E, destes, a média de frequência ficou abaixo dos 50%) e sem gerar o resultado esperado mesmo entre os estudantes que participavam dos encontros com maior periodicidade (dentre os alunos que frequentavam as aulas de reforço com maior regularidade, a média de aprovação foi similar àquela dos alunos que não frequentaram essa atividade de reforço). Durante o período de realização do PAG 2, a média de alunos inscritos para as atividades foi de 163,58. Este formato do PAG foi encerrado ao final de 2012.

O PAG 3, que iniciou em 2012, com o tema “Inovações Pedagógicas em Disciplinas Presenciais”, pretendia, através do apoio de propostas metodológicas inovadoras de ensino, despertar maior interesse nos estudantes da graduação na aprendizagem dos conteúdos, habilidades e competências necessários para sua formação. A proposta, voltada para a área das ciências exatas, e que atendeu Departamentos de 7 dos 90 cursos regulares de graduação da UFRGS, era desenvolver novas formas de estudo e ensino que resultassem em maiores índices de aprovação em disciplinas com altas taxas de reprovação. Os resultados de fato alcançados são difíceis de mensurar, pois os relatórios encaminhados pelos coordenadores eram, em sua maioria, muito genéricos e sem dados ou informações suficientemente relevantes, principalmente em termos quantitativos ou apreciação objetiva dos resultados pedagógicos obtidos. Este formato do programa foi o embrião para o modelo iniciado em 2014 e atualmente adotado.

O PAG 4 teve início oficialmente com a Portaria nº 799/2014 do Gabinete do Reitor, a qual estabelece que o Programa de Apoio à Graduação deverá desenvolver ações em dois eixos gerais: a formação discente e a formação docente, sendo seu objetivo principal a qualificação da graduação na Universidade. Por este motivo, o programa continuou vinculado à PROGRAD.

Como objetivos específicos apresentados na Portaria, o PAG deve:

- Fortalecer o ensino da graduação, através de ações inter-relacionadas nos eixos de formação discente e docente;

- Diminuir a retenção e a evasão, colaborando para elevação do índice de sucesso acadêmico, apoiando a permanência discente na universidade;
- Reduzir os custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência da evasão estudantil;
- Promover a formação discente, voltada à re-significação de suas aprendizagens, especialmente nas disciplinas de graduação com alto índice de reprovação, através de ações que possibilitem a ampliação e a reconstrução de saberes, por meio de atividades e recursos diversificados;
- Promover ações de formação docente, voltadas aos ingressantes na Universidade, enquanto ação de apoio à graduação, integradas às demandas identificadas nas ações de formação discente.

Para os discentes, tem como finalidade oportunizar diversas possibilidades de ações para minimizar ou sanar eventuais dificuldades no processo de aprendizagem. Para os docentes, busca-se capacitá-los e instrumentalizá-los para que possam realizar ações de ensino qualificadas, “auxiliando na consolidação de um ensino de graduação na perspectiva da excelência” (STRACK & MANAUT, 2017).

O número de bolsistas que cada um dos tipos de projeto recebe varia conforme o objetivo de cada um. Ao todo, desde o início deste formato em 2014, foram contemplados 111 projetos e um total de 213 bolsistas. O quantitativo de bolsas reservadas para o PAG 4 tem se mantido estável nos últimos semestres, totalizando 80 bolsas por semestre desde 2016. E, além disso, há o reconhecimento da comunidade acadêmica da graduação, tanto por parte de docentes, técnicos como dos alunos de que o Programa de Apoio à Graduação também é um ponto de apoio importante para que os discentes possam permanecer na Universidade e concluir seus cursos de maneira adequada, pois auxilia na diminuição da retenção e os estimula a concluir a graduação.

2.1 Programa de Apoio à Graduação 4 – formação discente

Nesse formato do PAG, os professores ou técnicos em assuntos educacionais ligados aos mais de 90 cursos regulares de graduação da UFRGS podem escolher entre quatro diferentes ações: projeto monitor de Comissão de Graduação (COMGRAD), projeto de inovações pedagógicas, projetos de reforço acadêmico ou projetos integrados. E, ainda, o projeto piloto de tutorias.

A “monitoria COMGRAD” tem como objetivo acompanhar de forma mais detalhada e particularizada os estudantes que tenham dificuldades de desempenho acadêmico, ou seja, aqueles que estejam retidos por muitas reprovações ou por não cursarem todas as atividades de ensino indicadas para cada uma das etapas do curso. A cada projeto é destinado um bolsista para auxiliar nas atividades a serem desenvolvidas. A cada edital são selecionados até 10 projetos desta modalidade.

Os projetos de “inovações pedagógicas” seguem a mesma proposta daquela existente no PAG 3, em que se buscam novas formas de auxiliar o aluno a compreender os assuntos trabalhados e, assim, aprender não só os conteúdos, mas também as habilidades e competências necessárias para a aprovação na atividade de ensino em questão e para o desempenho de suas atividades profissionais. São selecionados até 10 projetos de “inovação pedagógica”, cada um recebendo 2 monitores.

Os projetos de “reforço acadêmico” neste novo formato são voltados para cursos e/ou atividades de ensino específicas e não mais abertas a todos os alunos da universidade. Desse modo, entende-se que será possível fazer um planejamento mais direcionado das ações e atividades a serem executadas e também buscar uma contextualização do conhecimento sendo estudado de modo a não serem apenas uma replicação ou mera continuidade do trabalho durante as aulas. No ano de 2014 foram selecionados 5 projetos através de edital e contemplados outros 4 ainda no modelo do PAG3.

A partir de 2015, porém, foi estabelecido que seriam contemplados até 10 projetos por edital, sendo que cada um destes seria destinado a 2 bolsistas para auxiliar o professor coordenador.

Por sua vez, os “projetos integrados”, instituídos a partir de 2015 por solicitação dos próprios docentes e técnicos em assuntos educacionais ligados aos cursos de graduação, como o nome sugere, une os três tipos de projetos anteriormente elencados. Deste modo, o trabalho de acompanhamento fica mais completo e as ações de inovação pedagógica e reforço acadêmico podem ser desenvolvidas em razão da especificidade de cada curso e do perfil dos alunos deste. São selecionados até 5 projetos nesse formato, os quais são contemplados com 4 bolsas de monitoria para auxiliar na concretização dos objetivos propostos.

Mensurar o grau de alcance destes projetos não é algo simples ou fácil, mas tem-se notado que os alunos que são acompanhados pelas Comissões de Graduação de seus cursos tendem a realizar suas matrículas de modo mais consciente, ou seja, que ao pleitear vaga em atividades de ensino, buscam matricular-se somente em uma quantidade que acreditam terem condições de lograr aprovação.

Falar sobre o real impacto de tais ações e se os esforços estão atingindo os resultados esperados, contudo, é arriscado neste momento, pois não há uniformidade na forma ou modo como os relatórios destes projetos vinham sendo apresentados. Somente a partir do segundo semestre de 2016 é que se passou a cobrar informações mais detalhadas como número e frequência de alunos atendidos, demonstração de melhoria do desempenho dos alunos atendidos, apresentação dos materiais didáticos elaborados. Acreditamos que ao final de 2017 possamos fazer uma análise mais detalhada e que possa nos indicar a efetividade de tais políticas e eventuais melhorias que devam ser realizadas.

No segundo semestre de 2016, passou a ser gestado um projeto piloto de tutorias. O trabalho das tutorias deve ser realizado em grupos de, no máximo, dez alunos para cada monitor estando este sob a coordenação de um professor. Cada professor será responsável por até 4 monitores. O foco da tutoria serão os conhecimentos basilares necessários para a compreensão dos assuntos e temáticas trabalhados em determinada atividade de ensino. Para iniciar esse projeto, foi escolhido o Departamento de Matemática Pura e Aplicada, o qual apresenta um alto nível semestral de reprovação e cancelamento das atividades de ensino sob sua responsabilidade e que, segundo docentes e pelos próprios alunos, uma das maiores causas disto é a falta de conhecimento prévio que deveria ter sido aprendido durante o ensino médio necessário para acompanhar as aulas.

O programa de tutorias iniciou seu trabalho no segundo semestre letivo de 2017. Foram escolhidas atividades de ensino com maior número de reprovação e cancelamento e convidados a participar da tutoria os alunos que obtiveram uma ou mais reprovações em tais atividades.

2.2 Programa de Apoio à Graduação 4 – formação docente

Neste eixo do programa, encontram-se as ações de formação continuada voltada aos professores ingressantes em especial, mas também aberto aos docentes que já estão na UFRGS há mais tempo e queiram participar. Durante as palestras, oficinas ou cursos oferecidos, são discutidas as legislações que norteiam o ensino superior brasileiro e no âmbito da graduação da UFRGS, além de serem oportunizados momentos de reflexão acerca da prática docente no ensino superior.

A adesão de professores com mais de três anos de docência na UFRGS às ações de formação docente promovidas pelo PAG4 tem aumentado a cada edição, principalmente por os temas tratados serem de interesse destes, como, por exemplo, elaboração de plano de ensino, formas de avaliação, elaboração de planos de recuperação de desempenho discente.

E, muito embora o eixo denomine-se “formação docente”, tem-se verificado que os temas trabalhados nesse eixo do PAG4 também têm interessado muito aos técnicos da UFRGS que

trabalham diretamente com a graduação. Com isso, o resultado obtido é de uma maior qualificação das atividades relacionadas ao ensino de graduação como um todo.

3. Conclusões

Com o aumento de vagas nos cursos de Ensino Superior no Brasil e com a democratização nas formas de acesso às Instituições de Ensino Superior brasileiras, uma parcela da população que antes dificilmente chegava a ingressar nos cursos de graduação públicos passaram a ter essa oportunidade. Contudo, garantir que estas pessoas tenham acesso não é suficiente. É necessário garantir-lhes condição de permanecer na Universidade e concluir o curso.

Para tanto, o governo brasileiro instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que na UFRGS é implementado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, a qual privilegia ações voltadas à moradia estudantil, alimentação, transporte, cultura e esporte. A Pró-reitoria de Graduação, por sua vez, responsabilizou-se pelas ações voltadas às questões de apoio pedagógico aos estudantes, criando o Programa de Apoio à Graduação, o qual desenvolve ações tanto para acompanhamento dos alunos com dificuldades em manter um desempenho acadêmico, como as que incentivam docentes a pensar em outras formas de instrumentalizar seus alunos para que aprendam os conteúdos e desenvolvam as habilidades e competências necessárias em sua formação profissional, além de ações voltadas para a formação continuada dos docentes da UFRGS.

Referências

- Costa, S. G. (25 a 27 de novembro de 2009). A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. Florianópolis, SC, Brasil. Acesso em 27 de agosto de 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/37031>
- Fernandes, L. P., Basílio, G., & Kreher, R. (2015). Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e sua configuração na UFRGS. - Porto Alegre, RS, Brasil: -.
- Krainski, L. B. (3 a 5 de dezembro de 2014). Reflexão sobre a política de acesso e permanência no ensino superior público. Florianópolis, SC, Brasil. Acesso em 25 de agosto de 2017, disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/131695>
- Sampaio, H. (1991). *Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)*. Universidade de São Paulo, Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior. São Paulo: Universidade de São Paulo. Acesso em 07 de setembro de 2017, disponível em <http://nupps.usp.br/download/docs/dt9108.pdf>
- Strack, R., & Manaut, N. R. (2017). *Relatório Parcial da Atividades dos Projetos Contemplados pelo Programa de Apoio à Graduação (PAG)*. Porto Alegre.